

Especialistas defendem aposta no combate

Mais do que alterar as leis, os especialistas defendem o reforço dos meios de combate.

Susana Represas
susana.represas@economico.pt

Melhorar a legislação que existe, reforçar os meios e sobretudo articular o trabalho dos intervenientes, são algumas sugestões deixadas por quem, todos os dias, lida com questões relacionadas com investigação criminal. A opinião de que o crime económico mina o Estado de Di-

reito é consensual, mas nem todos defendem que a solução passe por novas leis.

O penalista Paulo Saragoça da Matta considera que “o sistema legal é bom, mas deve ser dotado de meios mais eficazes e preparados para combater estes crimes complexos”. Por outro lado, o advogado defende uma “melhor aplicação da legislação em vigor” e alerta para os perigos da constante alteração legislativa. “A permanente mudança de legislação só prejudica e não dá tempo aos tribunais superiores para estabe-

lecerem jurisprudência”. O advogado acrescenta que “nenhum outro país tem tantas alterações em diplomas fundamentais”, como acontece em Portugal.

Já o juiz Mouraz Lopes considera positivo, “que sejam apresentadas novas sugestões legislativas” para combater a corrupção. Em declarações ao Diário Económico, o membro português do Grupo de Estados contra a Corrupção, afirmou que os casos que têm marcado a atualidade - BPN, BCP, e a Face Oculta - “demonstram que a

grande corrupção, está implementada na sociedade portuguesa. Não são fantasmas”.

Carlos Anjos, inspector da PJ, é peremptório. Os grandes males da Justiça que hoje se discutem, decorrem das alterações penais de 2007, “uma reforma feita à medida de um problema, que foi o processo Casa Pia”. Carlos Anjos recorda que matérias como “as regras relativas ao segredo de Justiça, às escutas, à prisão preventiva e a dificuldade em punir os crimes económicos foram alteradas nessa altura”. ■

REACÇÕES DOS ESPECIALISTAS



Eurico Reis
Juiz
Desembargador

“O sistema de Justiça tem de inspirar segurança e confiança. Talvez seja útil clarificar o papel de todos os intervenientes na investigação criminal.”

SOBRE A POLÉMICA NA JUSTIÇA



Carlos Anjos
Presidente
da ASFIC-PJ

“Todos estes acontecimentos surgem na sequência da reforma penal de 2007, que foi feita à medida de um caso concreto”, o processo da Casa Pia.



Rogério Alves
Ex-bastonário
da Ordem dos
Advogados

O caso Face Oculta “tem todos os defeitos da investigação criminal em Portugal, os responsáveis não são claros, a linguagem é cifrada. O que parecia simples ficar complicado”.



António Martins
Presidente
da ASJP

Sobre o combate à corrupção, António Martins afirma que “basta um caso mediático” para que os partidos políticos mudem de discurso, mas sem resultados práticos.



Rui Patrício
Advogado
da MLGTS

“Não é o momento para discutir estes temas. Seria uma discussão inquinada por um caso concreto. Não se deve discutir alteração de lei e legislar nessas condições.”



Paulo Saragoça da Matta
Advogado

“Nenhum outro país tem tantas alterações legislativas como Portugal. Os diplomas fundamentais têm de ser estáveis. Não se governa por decreto.”